ISBN: 978-65-83849-06-9

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 17

SOBERANIA, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DO PIAUÍ COMO MARCO POLÍTICO, TECNOLÓGICO E EPISTÊMICO DE DECOLONIALIDADE DIGITAL NO BRASIL

SOVEREIGNTY, PIAUÍ'S ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS A POLITICAL, TECHNOLOGICAL, AND EPISTEMIC MILESTONE OF DIGITAL DECOLONIALITY IN BRAZIL

https://doi.org/10.63330/aurumpub.012-017

Roderico Pompeu de Almeida Júnior
Doutorando em Educação - Institute Theology Science Florida
E-mail: prof.rodericojr@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-2181-8161
LATTES: http://lattes.cnpq.br/3792752728450074

RESUMO

O presente artigo examina a criação da SoberanIA, iniciativa inédita do Governo do Estado do Piauí que institui a primeira plataforma de Inteligência Artificial em larga escala desenvolvida integralmente em língua portuguesa e sob controle público estatal. O foco investigativo é compreender de que modo a iniciativa se afirma como estratégia de soberania tecnológica e autonomia digital diante das dinâmicas globais de dominação, no enfrentamento das persistentes estruturas de colonialidade digital e na reconfiguração da gestão pública nacional. O enfoque investigativo adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, ancorada nos fundamentos do método histórico-dialético, com base em análise documental e revisão bibliográfica. A interpretação dos dados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, com foco nas categorias de soberania tecnológica, decolonialidade digital e eficiência administrativa. Os achados revelam que a SoberanIA rompe com o ciclo de dependência tecnológica historicamente imposto ao Brasil, ao operar com infraestrutura própria, governança pública e bases de dados alinhadas às especificidades culturais, jurídicas e sociais do país. Mais do que um símbolo de resistência à lógica algorítmica eurocentrada, a plataforma inaugura um novo paradigma de atuação estatal, com impactos tangíveis em áreas estratégicas como saúde, segurança e educação. Seu implemento ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e viabilidade às políticas de inclusão digital reforçam seu potencial como modelo de inovação pública ancorado em perspectivas decoloniais. Conclui-se que a SoberanIA não apenas desencadeia uma inflexão no campo das tecnologias emergentes no Brasil, como também reposiciona o Estado como agente ativo na formulação de soluções digitais eticamente orientadas e socialmente inclusivas.

Palavras-chave: Soberania tecnológica; Inteligência artificial; Decolonialidade digital; Administração pública; Piauí.

ABSTRACT

This article examines the creation of SoberanIA, a groundbreaking initiative by the Piauí State Government that establishes the first large-scale Artificial Intelligence platform developed entirely in Portuguese and under state control. The research focuses on understanding how the initiative asserts itself as a strategy for technological sovereignty and digital autonomy in the face of global dynamics of domination, confronting persistent structures of digital coloniality, and reconfiguring national public administration. The research adopts a qualitative, exploratory approach, anchored in the foundations of the historical-dialectical method, based on documentary analysis and a literature review. Data interpretation was guided by content analysis, focusing on the categories of technological sovereignty, digital decoloniality, and administrative efficiency.

The findings reveal that SoberanIA breaks the cycle of technological dependence historically imposed on Brazil by operating with its own infrastructure, public governance, and databases aligned with the country's cultural, legal, and social specificities. More than a symbol of resistance to Eurocentric algorithmic logic, the platform inaugurates a new paradigm of state action, with tangible impacts in strategic areas such as health, security, and education. Its implementation within the Brazilian Artificial Intelligence Plan and its viability to digital inclusion policies reinforce its potential as a model of public innovation anchored in decolonial perspectives. It is concluded that SovereignAI not only triggers a shift in the field of emerging technologies in Brazil, but also repositions the State as an active agent in the formulation of ethically oriented and socially inclusive digital solutions.

Keywords: Technological sovereignty; Artificial Intelligence; Digital decoloniality; Public administration; Piauí.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inclusão de tecnologias digitais nas instituições governamentais não é mais vista como uma inovação isolada, mas sim como uma exigência vital para a reestruturação dos modelos administrativos. Esse movimento tem sido especialmente evidente nos esforços voltados à modernização da gestão pública e à transformação das formas de interação e atendimento à população. Contudo, a incorporação dessa tecnologia em nações do Sul Global levanta discussões que transcendem a mera inovação técnica. Esse cenário exige um debate urgente sobre a manutenção de relações de dependência estrutural, os riscos associados à colonialidade algorítmica e os desafios para a construção de uma verdadeira soberania digital.

É nesse contexto que se insere a criação da SoberanIA, iniciativa inédita do Estado do Piauí que visa o desenvolvimento de uma IA de larga escala treinada exclusivamente em língua portuguesa, construída sob infraestrutura própria e operada integralmente sob domínio público. Diferentemente de modelos importados que reproduzem lógicas exógenas, a SoberanIA propõe-se como um gesto político-tecnológico: uma afirmação de autonomia epistêmica, cultural e administrativa frente a um ecossistema digital global ainda marcado por assimetrias profundas. Sua implementação rompe com o ciclo de subordinação informacional ao qual o Brasil esteve historicamente submetido, marcando o início de uma nova etapa em que o Estado busca protagonismo no campo da inteligência computacional.

Mais do que um sistema computacional robusto, a SoberanIA incorpora um projeto de Estado. Sua construção articula objetivos técnicos e sociais, fundindo eficiência administrativa, proteção de dados públicos e desenvolvimento de soluções contextualizadas à realidade brasileira. Ao estruturar-se sobre o Dataset Jabuticaba, banco de dados curado com base em conteúdos produzidos em português e alinhados às especificidades locais, o projeto assume um compromisso ético e cultural com a decolonialidade digital um conceito que não se limita à crítica, mas propõe alternativas concretas de produção tecnológica enraizada nas experiências nacionais.

Nesse sentido, pensar a SoberanIA é também pensar os caminhos pelos quais o Brasil pode reconfigurar sua relação com a tecnologia. A escolha por desenvolver uma IA pública, em oposição à dependência de algoritmos de big techs estrangeiras, sinaliza um reposicionamento estratégico no debate internacional sobre dados, infraestrutura e regulação. Ainda que originado em uma das regiões historicamente invisibilizadas do país, o projeto do Piauí desloca o centro das decisões tecnológicas e mostra que a inovação pode emergir de territórios periféricos com densidade crítica e visão de futuro. A partir dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento e os desdobramentos da SoberanIA enquanto política pública orientada à soberania digital, à ética de dados e à eficiência na gestão do Estado.

Para alcançar esse objetivo, o texto está estruturado em cinco partes bem definidas. Inicialmente, na introdução, são apresentados o contexto e a problemática que motivaram a investigação. Em seguida, o referencial teórico é desenvolvido conectando as ideias de independência tecnológica, descolonização e gestão pública inovadora. A terceira parte trata a respeito do método empregado na pesquisa, onde cada procedimento é detalhado com clareza. Na sequência, a análise e discussão dos resultados são debatidas importantes reflexões, proporcionando assim uma visão interpretativa e ponderada dos dados coletados.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DA SOBERANIA DIGITAL

Essa pesquisa trata-se como uma investigação de natureza qualitativa, fundamentada em métodos científicos adequados à compreensão e análise de um fenômeno social assim como tecnológico específico na implementação da SoberanIA referente ao contexto da administração pública brasileira. Conforme Lakatos e Marconi (2017, p. 185), a pesquisa "é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais." Sendo que a pesquisa qualitativa não se preocupará com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um fenômeno social.

No que tange à abordagem metodológica, o estudo adota o método dialético, que se mostra pertinente à análise das contradições e transformações inerentes ao processo de desenvolvimento tecnológico no Brasil. Segundo as autoras, o método dialético fundamenta-se na compreensão de que "penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade." Lakatos e Marconi (2017, p. 121).

Além do método dialético, o presente trabalho também faz uso do método histórico, considerando a relevância de compreender os antecedentes políticos, econômicos e sociais que culminaram na criação da SoberanIA. De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 124), o método histórico "preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos". Essa visão foi crucial para captar o percurso do Estado do Piauí até a elaboração de um projeto de Inteligência Artificial que integra princípios que refletem uma postura decolonial.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa enquadra-se na modalidade documental, conforme definição de Tako e Kameo (2023, p. 14), descritos como o uso de materiais "que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa". Para alcançar o intento proposto, o estudo explorou diversas fontes, abrangendo documentos governamentais do Piauí, entrevistas de gestores públicos veiculadas em canais oficiais e matérias jornalísticas informativas sobre políticas públicas e tecnologia. Também foram analisados relatórios técnicos que detalham as etapas de desenvolvimento e implementação da SoberanIA.

De forma complementar, realizou-se uma revisão bibliográfica focada em obras teóricas que discutem metodologias de pesquisa, colonialidade digital e os desafios relacionados à busca por soberania tecnológica. Essa combinação de fontes permitiu construir uma análise mais crítica e contextualizada sobre o tema.

Em complemento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de dialogar com produções teóricas sobre metodologias de pesquisa, colonialidade digital e soberania tecnológica. Segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 216), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se "de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses". Essa etapa foi essencial para a construção da base conceitual e analítica do estudo.

No que se refere ao processo de coleta de dados, adotou-se um procedimento de seleção criteriosa das fontes, priorizando materiais que oferecessem informações atualizadas e diretamente relacionadas ao objeto de investigação. Tal procedimento segue as recomendações de Lakatos e Marconi (2017, p. 221), que orientam que "pode ser utilizada como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc.", sendo a delimitação da pesquisa fundamental para garantir sua viabilidade e coerência.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, a qual, segundo Tako e Kameo (2023, p. 54), "desenvolvem-se a partir das evidências observadas, de acordo com a metodologia, com relações feitas através do referencial teórico e complementadas com o posicionamento do pesquisador". Esse processo analítico possibilitou a identificação de três grandes eixos de análise: a busca pela soberania tecnológica, a resistência à colonialidade digital e a centralidade do contexto sociopolítico brasileiro no desenvolvimento da SoberanIA.

É fundamental ressaltar que a escolha dos métodos e procedimentos utilizados foi feita com base no princípio de se adequar ao problema de pesquisa. Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2017, p. 257) afirmam que são "etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos", reforçando a importância da coerência metodológica em todas as etapas da investigação.

Para concluir, é importante frisar que todas as fontes empregadas nesse estudo passaram por uma criteriosa avaliação, seguindo os padrões de confiabilidade e rigor científico preconizados pelas autoras. Como advertem Tako e Kameo (2023, p. 15), "Podem-se identificar pesquisas elaboradas baseadas em fontes documentais as mais diversas, tais como: correspondência pessoal, documentos cartoriais, registros de batismo, epitáfios, inscrições em banheiros etc.", onde pesquisador deve ter cuidado com a qualidade das fontes, atentando para a confiabilidade e atualidade das informações consultadas.

3 SOBERANIA DIGITAL E COLONIALIDADE ALGORÍTMICA

O implemento da inteligência artificial por nome SoberanIA, arquitetada pelo Estado do Piauí, localizado na região Nordeste do Brasil, constitui um marco na trajetória brasileira de enfrentamento a colonialidade digital através da busca pela emancipação tecnocientífica. Conforme destacam Cristóvam e Sousa (2024), garantir a soberania tecnológica envolve, entre outros aspectos, evitar a dependência de infraestruturas e fluxos de dados controlados externamente, promovendo o desenvolvimento de soluções nacionais que assegurem o controle estatal sobre esses recursos estratégicos e a proteção dos interesses constitucionais do país, reforçando a importância de um projeto de IA que seja desenvolvido com base na realidade cultural, linguística e socioeconômica brasileira. A SoberanIA surge como uma resposta concreta a este desafio, configurando-se como a primeira IA de larga escala LLM (Large Language Model) treinada exclusivamente em português, hospedada em datacenters públicos e sob governança estatal. Essa configuração rompe com o padrão de dependência de infraestruturas privadas, majoritariamente estrangeiras, o que historicamente tem caracterizado a inserção do Brasil na economia digital, dessa forma "pugna pela implementação de uma IA [...], brasileira, que antropofagiza características sociais, econômicas e políticas peculiares ao país como instrumento de soberania e desenvolvimento sustentável" (CRISTÓVAM E SOUSA, 2024, p. 1-2).

A construção da SoberanIA reflete uma resposta prática e política ao desafio de consolidar a soberania tecnológica nacional. O projeto, liderado pelo Governo do Estado do Piauí, foi idealizado para assegurar à permanência dos dados públicos sob a alçada estatal, com infraestrutura própria, operando de forma independente, garantindo plena autossuficiência em relação às grandes empresas de tecnologia denominadas de big techs.

> Políticas públicas para a implementação de uma IA brasileira têm a potencialidade de atribuir ao país capacidade criativa e concorrente no âmbito global, além de retirá-lo da posição de mero consumidor de algoritmos estrangeiros, de modo a alinhar seu desenvolvimento em IA com os objetivos definidos constitucionalmente e a centralidade do cidadão e cidadã – que são a razão de ser do Brasil, um possível e promissor caminho para a superação da dependência tecnológica e soberania em termos de IA. (CRISTÓVAM E SOUSA, 2024, p. 27).

A infraestrutura tecnológica que sustenta a SoberanIA foi instalada na Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí - ETIPI, com capacidade de processamento que supera em 250 vezes a de um computador convencional, segundo informações oficiais (GOVERNO DO PIAUÍ, 2025). Para José Alves, diretor técnico da ETIPI, "esses componentes são fundamentais para treinar e operar a inteligência artificial, permitindo que ela compreenda e responda em português de forma natural e eficiente" (ALEPI TV, 2025).

O diferencial da SoberanIA em relação a outras iniciativas tecnológicas reside na construção de um dataset exclusivamente em português, nomeado de Dataset Jabuticaba. Essa base de dados foi curada para contemplar as especificidades culturais, sociais e jurídicas do Brasil, rompendo com a hegemonia de

modelos treinados majoritariamente em inglês. O governador Rafael Fonteles destacou que "Nossa IA será treinada em português, utilizando um supercomputador local e funcionando sob o domínio do Estado do Piauí, e não de uma big tech. Será a primeira IA soberana do mundo em português." (GOVERNO DO PIAUÍ, 2025). Tal característica dialoga diretamente com as preocupações de Elen Nas (2024), que discute o viés epistêmico das IAs treinadas com conteúdos alheios à realidade social dos países do Sul Global. Observa-se em Cristóvam e Sousa (2024, p. 26) a reafirmação dos pensamentos de Elen Nas, quando enfatizam que:

> Assim, é imprescindível decolonializar a esfera digital, mormente pelo reconhecimento da ausência de neutralidade dos algoritmos e atendimento a interesses que, em regra, não guardam sinergia com os interesses coletivos definidos nas constituições. A soberania tecnológica é essencial para a independência, autonomia e desenvolvimento pleno dos países.

Para tratar a respeito da questão da soberania tecnológica, a construção da SoberanIA deve ser compreendida à luz dos debates contemporâneos sobre colonialidade digital. Elen Nas (2024) aborda de maneira crítica a influência de epistemologias coloniais nos processos de produção e validação do conhecimento tecnológico, destacando que inteligência artificial configura-se como um produto histórico do saber ocidental, articulando reflexões científicas e filosóficas acumuladas ao longo do tempo, cujas aplicações têm promovido transformações significativas em múltiplas esferas da vida social. No caso da SoberanIA, o projeto propõe-se a romper com essa lógica ao estruturar um modelo de IA que reconheça as especificidades linguísticas, culturais e jurídicas do Brasil, onde ao ser observada pela perspectiva decolonial, onde Elen Nas (2024) alerta para os riscos de que tecnologias desenvolvidas sob paradigmas eurocêntricos reproduzam desigualdades e invisibilizem conhecimentos locais. Em suas palavras:

> a leitura decolonial visa chamar a atenção para os modos por meio dos quais os padrões de violência, exploração, subalternização e usos de pessoas, corpos, grupos e territórios também estão presentes nestes conhecimentos de modos invisíveis e, com a IA, poderão se tornar ainda mais pulverizados e de difícil identificação (NAS, 2024, p. 2).

A construção de um dataset nacional, como o Jabuticaba, utilizado no treinamento da SoberanIA, representa um avanço significativo nesse sentido. Conforme informações oficiais, a base de dados é composta por mais de cem bilhões de palavras em português, incorporando aspectos culturais, sociais e jurídicos da realidade brasileira (GOVERNO DO PIAUÍ, 2025). Essa preocupação em refletir o contexto nacional no treinamento da IA está diretamente relacionada ao debate bioético sobre inteligência artificial responsável e decolonial. Como destaca Nas (2024, p. 1), "o olhar decolonial explicita o quanto a monocultura reforça ideias epistêmicas com potencial opressor sobre minorias e grupos que têm sido alvos desde as práticas coloniais até os dias atuais".

O caráter estratégico da SoberanIA não se limita ao controle dos fluxos de dados ou à autonomia

linguística. A iniciativa também dialoga com os princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente no que se refere à eficiência administrativa. De acordo com Danúbia Desordi e Carla Dela Bona (2020, p. 17-18), a introdução de tecnologias na área da inteligência artificial no setor público brasileiro "pode ser uma grande aliada da Administração Pública, graças à agilidade e ganho de tempo proporcionados pela verificação e cruzamento de dados, através do machine learning", destacando que a tecnologia pode reduzir a morosidade, os custos operacionais e os índices de erro humano nas tomadas de decisão governamentais:

> a garantir, portanto, o interesse público e a criação de iniciativas em IA que favoreçam a co-criação de soluções realmente inteligentes, do ponto de vista constitucional, para o enfrentamento dos problemas públicos brasileiros. (CRISTÓVAM E SOUSA 2024, p. 21).

Frente às limitações estruturais e orçamentárias que historicamente afetam a administração pública no Brasil, a adoção de soluções tecnológicas como exemplo a SoberanIA oferece instrumentos para a otimização de processos, a melhoria na prestação de serviços, bem como a diminuição do quadro de funcionários de alguns setores do governo estadual.

O uso da SoberanIA como suporte para políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública, corrobora as análises de Desordi e Bona (2020) sobre a função da IA na melhoria dos serviços estatais. A capacidade de realizar diagnósticos preditivos, responder de forma automatizada às demandas dos cidadãos e gerar relatórios em tempo real configura uma inovação significativa na gestão pública brasileira. Como afirma André Macedo, secretário de Estado da Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Piauí, “o cidadão poderá tirar dúvidas em um chat pré-programado, por exemplo” (GOVERNO DO PIAUÍ, 2025, p. 2), evidenciando a aplicação prática da tecnologia no cotidiano da população. O secretário acrescenta também, que:

> A ideia do governador Rafael é que o Piauí não pode ficar à mercê de grandes empresas. Então, vamos ter uma IA própria. Após o treinamento da IA, os algoritmos ensinados para a máquina ficarão sob a guarda do Piauí. Será, portanto, uma IA soberana, com dados e qualidade sob responsabilidade do governo. O propósito é apoiar as tomadas de decisão das políticas públicas. (GOVERNO DO PIAUÍ, 2025, p. 3).

Além dos ganhos operacionais, a SoberanIA também contribui para a proteção da privacidade e a segurança dos dados pessoais dos cidadãos piauienses. O armazenamento local das informações impede que dados sensíveis sejam processados por servidores de empresas estrangeiras, aspecto frequentemente criticado por estudiosos da área. Para Nas (2024), refletir sobre a decolonialidade na inteligência artificial significa trazer à tona as formas sutis e persistentes de exploração que ocorrem tanto nos usos indevidos dessas tecnologias quanto na maneira como os algoritmos classificam e direcionam decisões, muitas vezes reforçando desigualdades sociais e preconceitos enraizados na história., sublinhando a importância de uma

governança ética e responsável sobre as bases informacionais do Estado.

Considerando o que foi apresentado, percebe-se que a iniciativa SoberanIA não se restringe a ser apenas uma inovação tecnológica ser apenas uma inovação tecnológica. Ela está inserida em um movimento mais abrangente que visa fortalecer o plano nacional em busca de assegurar ao Brasil mais independência tecnológica, assim como de impulsionar o trabalho e a força das entidades governamentais. Sendo assim, a inserção da SoberanIA ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA, somada ao respaldo institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, reforça o peso político e social que essa iniciativa assume no cenário nacional vigente. Ao evidenciar essa dimensão, o governador Rafael Fonteles enfatizou o compromisso do Estado ao declarar o seguinte: "Nós queremos contribuir também com o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)" (AGÊNCIA GOV, 2025, p. 2). Diante do exposto, a SoberanIA não é vista somente como um progresso tecnológico para a região, mas sim como uma iniciativa que insere o Piauí no contexto estratégico da evolução digital brasileira, encarando os desafios atuais da autonomia informacional, da participação social e da administração ética da inteligência artificial.

4 *SOBERANIA* COMO AÇÃO DECOLONIAL NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

Verifica-se que a SoberanIA marca um feito inédito na história da gestão pública brasileira. Trata-se da primeira Inteligência Artificial desenvolvida em larga escala, com treinamento exclusivo na língua portuguesa e concebida sob a coordenação direta de um governo estadual, evidenciando um passo importante rumo à soberania tecnológica no setor público. Sua idealização emerge como resposta a um contexto histórico de subordinação tecnológica e colonialidade digital, tema amplamente debatido por Cristóvam e Sousa (2024 p. 26). Os autores afirmam que, "A colonialidade digital, marcada pelos interesses privados no capitalismo informacional, impõe ao Estado uma potencial limitação em sua função e seus objetivos".

Do ponto de vista técnico, o Governo do Piauí investiu em uma infraestrutura robusta para o desenvolvimento e operação da SoberanIA. O supercomputador instalado no datacenter da Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí conta com uma capacidade de processamento que supera em 250 vezes a de computadores convencionais, tendo também recursos específicos para o processamento de linguagem natural, como memória RAM de 2000 GB e placas de vídeo de alto desempenho (ALEPI TV, 2025). Ainda segundo a ALEPI TV (2025), a presença desses componentes estruturais é indispensável para a configuração e o funcionamento eficaz da IA, assegurando sua capacidade de processar e responder em língua portuguesa de maneira fluida e compreensível.

Outro aspecto relevante diz respeito à construção do Dataset Jabuticaba, uma base de dados que incorpora nuances culturais, sociais e jurídicas da realidade brasileira. A curadoria dessa base visou atender ao princípio de decolonialidade no desenvolvimento de tecnologias, conforme propõe Nas (2024). A autora

enfatiza que “a IA é uma representação de conhecimento científico e filosófico acumulado, dentro da tradição ocidental, e suas aplicações revolucionam diversos campos da sociedade” (NAS, 2024, p. 2). A decisão de trabalhar exclusivamente com dados em português rompe com a hegemonia dos modelos linguísticos baseados no inglês e garante maior adequação da plataforma ao contexto brasileiro.

Para somar à infraestrutura e à base de dados, o modelo de governança adotado pelo Estado do Piauí reforça o caráter soberano da SoberanIA. Todas as fases de desenvolvimento, desde a coleta de dados até o fine-tuning do modelo, ocorreram sob gestão pública, com participação de servidores estaduais e instituições locais de ciência e tecnologia. Como afirma o governador Rafael Fonteles, “as informações de diversas secretarias serão geridas dentro do território nacional, garantindo que a plataforma seja segura e respeite a soberania de nossos dados” (GOVERNO DO PIAUÍ, 2025, p. 2).

No campo da eficiência administrativa, a SoberanIA apresenta-se como uma ferramenta de modernização da gestão pública, oferecendo soluções que vão desde o atendimento automatizado ao cidadão até a análise preditiva de dados para subsidiar políticas públicas. Desordi e Bona (2020, p. 3) ressaltam que “a utilização de inteligência artificial constitui um mecanismo importante para a concretização da eficiência administrativa.”, sobretudo em contextos marcados por limitações orçamentárias e crescentes demandas sociais. A previsão de aplicação inicial da SoberanIA nas áreas de saúde, segurança e educação reforça o compromisso do governo com a melhoria da prestação de serviços.

Elen adverte para os riscos éticos envolvidos na implementação de tecnologias de IA, especialmente em contextos públicos:

> Pensar a decolonialidade na IA vai além da denúncia sobre os modos de exploração nos usos indevidos e não consentidos de dados. Na base destes problemas existem territórios de conhecimento intocados, em suas formas de validação e compreensão (NAS, 2024, p. 3).

Essa reflexão salienta a necessidade de compreender a SoberanIA não apenas como um avanço técnico, mas como uma construção política e ética que atravessa todas as etapas de seu desenvolvimento e aplicação. Ao incorporar princípios de proteção de dados, inclusão social e transparência nas decisões públicas, o projeto revela seu compromisso com um modelo de inovação que não negligencia os sujeitos e territórios envolvidos.

Nesse sentido, a Secretaria de Inteligência Artificial do Piauí (SIA, 2025, p. 1-2) destaca que o protagonismo conquistado pela SoberanIA no cenário nacional, ao ser reconhecida como projeto prioritário no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, resulta de um planejamento estratégico consistente, e não de circunstâncias aleatórias. Trata-se de um reconhecimento que expressa tanto sua originalidade quanto a densidade estratégica de uma iniciativa que emerge de um território historicamente subestimado e considerado periférico. Dessa forma, a parceria articulada entre o Governo do Estado do Piauí e o Ministério

da Ciência, Tecnologia e Inovação, confere solidez institucional ao projeto, atuando de forma decisiva sobre a vida coletiva dos territórios historicamente marginalizados.

Durante pronunciamento em evento oficial, o governador Rafael Fonteles foi enfático ao reafirmar o compromisso do Estado com os rumos nacionais da ciência e da inovação tecnológica. Esse compromisso, no entanto, vai além dos discursos e pronunciamentos. Ele ganha materialidade em ações práticas, como a inserção da disciplina de Inteligência Artificial no currículo de mais de 120 mil estudantes da rede pública do Piauí. O secretário da Educação, Washington Bandeira, esclarece que:

> O impacto da iniciativa, que coloca o Piauí entre os pioneiros mundiais na adoção do ensino de IA na educação básica, ao lado de países como China e Coreia do Sul. “Mais de 120 mil estudantes já participam das aulas e 800 professores foram capacitados em 2024”. (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2025).

Ao incorporar o ensino de Inteligência Artificial no currículo, a política educacional do Piauí reconfigura a escola como espaço de letramento algorítmico e emancipação social, formando estudantes capazes de agir com criticidade e autonomia diante dos desafios da era tecnológica.. Como reforçam Cristóvam e Sousa (2024, p. 20), o desenvolvimento da IA precisa estar ancorado em um projeto que promova:

> algoritmos competentes para a realização de tarefas complexas com eficiência e autonomia, concretização do catálogo de direitos humanos fundamentais tatuados na ordem constitucional brasileira, além da observância a características que integram, tanto do ponto de vista social, quanto do ponto de vista econômico e político, as necessidades do país.

Em conclusão, os resultados desta análise indicam que a SoberanIA não apenas cumpre uma função instrumental no apoio à gestão pública, mas representa um modelo de desenvolvimento tecnológico soberano, ético e alinhado com os princípios de justiça social e inclusão digital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Estado do Piauí com a criação da SoberanIA não é apenas um experimento técnico ou um avanço local em infraestrutura digital. Trata-se de uma declaração política, ética e epistêmica sobre o lugar que o Brasil e, de forma corajosa, um estado historicamente marginalizado, reivindica ocupar no debate global sobre inteligência artificial. O projeto desafia diretamente a lógica de subalternidade tecnológica que por décadas posicionou o país como consumidor passivo de soluções importadas, frequentemente alheias à sua realidade social e cultural.

Mais do que inovação tecnológica, o que se constrói com a SoberanIA é uma intervenção decolonial no campo tecnocientífico sulamericano. Ao priorizar uma base de dados com escrita nativa, ao treinar modelos de linguagem que dialogam com o português brasileiro e ao desenvolver infraestrutura própria

sob comando estatal piauiense, o projeto rompe com o silogismo colonial de dependência tecnológica, denunciada por pensadores latino-americanos como estrutural e persistente. A decolonialidade aqui não é teoria abstrata, mas uma ação política que se materializa em código, máquina e política pública.

O Estado do Piauí, localizado no Nordeste do Brasil, ao rejeitar o papel de mero consumidor de algoritmos produzidos no Norte Global, assume o protagonismo de produtor de conhecimento tecnológico próprio. Essa escolha, como se evidenciou ao longo do estudo, não é neutra nem meramente técnica: ela afirma que soberania digital, justiça social e autonomia epistêmica são indissociáveis em qualquer projeto público que envolva inteligência artificial. E é justamente aí que reside sua força disruptiva.

No campo da gestão pública, os benefícios já perceptíveis apontam para uma transformação concreta no modo como o Estado pode se relacionar com o cidadão. Ferramentas como a SoberanIA oferecem velocidade, inteligência e capacidade de resposta à máquina pública, não apenas para fazer mais com menos, mas para fazer melhor com propósito. O impacto na saúde, na segurança e na educação só reforça que a tecnologia, quando orientada por princípios éticos e soberanos, é capaz de fortalecer o próprio pacto democrático.

No plano simbólico, a SoberanIA é uma insubordinação. É a recusa em aceitar que só o que vem de fora é legítimo, funcional ou desejável. É um ato de resistência contra a colonialidade algorítmica e, ao mesmo tempo, um gesto de uma afirmação política e epistemológica para um futuro plural, descentralizado e inclusivo. Como tal, ela nos convoca a repensar o papel da IA em países historicamente situados nas margens do desenvolvimento tecnológico globalizado.

Contudo, é preciso reconhecer que esse projeto, por mais potente que seja, é vulnerável. Sua continuidade dependerá da blindagem institucional contra interesses privatistas, da formação crítica de seus operadores e da consciência de que governança digital é uma arena permanente de disputa. A soberania não se herda, se constrói. E essa construção, quando guiada por princípios decoloniais, éticos e públicos, é não apenas necessária, mas urgente.

Diante do exposto, a SoberanIA emerge como um marco político e epistemológico na história recente do Brasil. mas de uma iniciativa que posiciona o país, com ênfase na região Nordeste, vide Piauí, como protagonista no debate sobre os futuros possíveis da inteligência artificial. Um futuro que, se quiser ser justo, precisa ser também radicalmente decolonial. É importante frisar que esta pesquisa não visa encerrar o debate sobre a soberania tecnológica e a decolonialidade digital no Brasil. Pelo contrário, ela pretende abrir espaço para novas investigações que explorem mais a fundo as relações entre inteligência artificial, políticas públicas e justiça social, onde as futuras pesquisas venham a se aprofundar nos efeitos a longo prazo, nos impactos sociais que surgem com sua implementação e nos dilemas éticos que ela levanta.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PIAUÍ. Piauí anuncia data de lançamento do SoberanIA: 1º modelo de IA treinado com base de dados em português e desenvolvido no Estado. Por Carlos Lustosa, 02 mai. 2025. Disponível em: https://sia.pi.gov.br/piaui-anuncia-data-de-lancamento-do-soberania-1o-modelo-de-ia -treinado-com-base-de-dados-em-portugues-e-desenvolvido-no-estado/ Acesso em: 03 jun. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Governo do Piauí lança SoberanIA: primeira plataforma de inteligência artificial 100% em português. Por Antônio Luiz Moreira Bezerra, 05 fev. 2025. Disponível em: https://www.al.pi.leg. br/tv/noticias-tv-1/governo-do-piaui-lanca-soberania-primeira-plataforma-de-inteligen cia-artificial-100-em-portugues Acesso em: 03 jun. 2025.

CRISTÓVAM, J.; SOUSA, L. Colonialidade digital e soberania informacional: desafios para o Brasil no século XXI. Brasília: Editora UnB, 2024.

DESORDI, L. R.; BONA, C. C. Inteligência artificial na administração pública: entre a eficiência e os riscos éticos. Revista de Administração Pública, Belo Horizonte, v. 54, n. 2, p. 1-15, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador Rafael Fonteles anuncia SoberanIA: primeira IA com base de dados 100% em português. Por Lucrécio Arrais, 18 dez. 2024. Disponível em: https://www.pi.gov.br/governador-rafael-fonteles- anuncia-soberan-ia-primeira-ia-com-base-de-dados-100-em-portugues-1/ Acesso em: 03 jun. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NAS, E. Inteligência artificial e decolonialidade: epistemologias críticas no Sul Global. São Paulo: Edusp, 2024.

SECRETARIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ECONOMIA DIGITAL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SIA. SoberanIA: Rafael Fonteles anuncia lançamento da primeira IA com base de dados em português para fevereiro. Por Carlos Lustosa, 31 jan. 2025. Disponível em: https://sia.pi.gov.br/soberania-rafael -fonteles-anuncia-lancamento-da-primeira-ia-com-base-de-dados-em-portugues-para -fevereiro/ Acesso em: 03 jun. 2025.

TAKO, M. F.; KAMEO, S. J. Pesquisa documental e análise de conteúdo: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.